

CONCURSO PÚBLICO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SATUBA Estado de Alagoas

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO		
	IDENTIDADE	DATA NASC.	DEFICIENTE
LOCAL DE PROVA		SALA	CADEIRA

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

01 - Você receberá do Fiscal de Sala o material abaixo:

- Uma folha destinada às respostas das questões na Prova Escrita;
- Este caderno, com o enunciado das **40 (quarenta) questões objetivas**, sem repetição ou falha.

02 - Verifique se este material está em ordem, se o seu nome confere com o que aparece no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal. Após a conferência, assine o espaço próprio do Cartão-Resposta, a caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

03 - Só uma opção responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma opção anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras, correspondentes às respostas certas, deve ser feita cobrindo toda a letra, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul**, com um traço contínuo e denso.

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA** para não **FURAR, RASGAR, DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**.

06 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar-se, durante a realização da prova, de máquinas e/ou relógio de calcular, bem como de rádios gravadores, MP Players, "headphones", iPhone, iPad, iPod, telefones celulares, "Pagers" ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- Ausentar-se da sala em que se realiza a prova, levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- Retirar-se da sala antes de decorridos 1 (uma) hora do início da prova.

07 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. O rascunho do **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÁ LEVADO EM CONTA**. Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE** a **LISTA DE PRESENÇA**.

08 - O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS.

BOA PROVA!

PORTUGUÊS

Utilize o texto abaixo para responder as questões de **01** a **05**.

“As estações do ano mudam devido à inclinação da Terra em relação ao Sol e à forma como a luz solar incide sobre cada hemisfério. No verão, os dias são verdadeiros fornos que aquecem a terra e a vegetação; no inverno, as noites são cobertores frios que envolvem o mundo, trazendo frio intenso e redução da luz solar. Esse ciclo regular influencia o clima, a vegetação, os animais e a rotina humana, afetando desde a agricultura até as atividades de lazer, mostrando como a natureza e o comportamento humano estão intimamente ligados às mudanças sazonais.”

01. A construção linguística e estrutural do texto utiliza tópicos específicos, EXCETO o listado na alternativa:

- A) tipologia argumentativa.
- B) linguagem conotativa e denotativa.
- C) coerência linear: começo, meio e fim.
- D) verbos no presente.
- E) coesão: conectores nominais e verbais.

02. A lógica de significados de termos do texto está INCORRETA na alternativa:

- A) “Intimamente” é um termo que demanda proximidade.
- B) “Permanentes” é antônimo de “sazonais”.
- C) “Lazer” e “laser” não são nem sinônimas, nem antônimas.
- D) “Incide” é sinônimo de “reflete”.
- E) “Frio” e “Quente” são antônimos.

03. Quanto à ocorrência de crase em “mudam devido à inclinação” a única justificativa INCORRETA para sua aplicação é:

- A) regência nominal indireta de “devido”.
- B) junção da preposição “a” com o artigo “a”.
- C) indicação de existência.
- D) anteceder um substantivo feminino.
- E) não é facultativa, sendo obrigatória neste caso.

04. No trecho: “As estações do ano mudam devido à inclinação da Terra em relação ao Sol”, a oração iniciada por “devido à” é nomeada por:

- A) principal.
- B) subordinada adverbial causal.
- C) coordenada assindética.
- D) subordinada subjetiva temporal.
- E) coordenada sindética adverbial.

05. No trecho: “as noites são cobertores frios que envolvem o mundo”, a figura de linguagem presente é:

- A) alternância lexical.
- B) repetição.
- C) pleonasma.
- D) antítese.
- E) metáfora.

06. Assinale a frase CORRETAMENTE pontuada.

- A) Maria acordou cedo tomou café, e saiu para trabalhar.
- B) Maria, acordou cedo, tomou café e saiu para trabalhar.
- C) Maria acordou cedo, tomou café e saiu para trabalhar.
- D) Maria acordou cedo, tomou café, e, saiu para trabalhar.
- E) Maria, cedo acordou, café tomou, e, para trabalhar, saiu.

07. Assinale a alternativa que apresenta paralelismo CORRETO na lista de ações.

- A) João gosta de correr, nadar e de andar de bicicleta.
- B) João gosta de correr, nadar, e andar de bicicleta.
- C) João gosta de correr, nadar e andar de bicicleta, às vezes.
- D) João gosta de correr, nadar e andar de bicicleta.
- E) João gosta de correr, nadar e andar de bicicleta, nunca.

08. Assinale a alternativa com as palavras, CORRETAMENTE, acentuadas ou não, conforme o Acordo Ortográfico.

- A) Feiúra, baiúca, tuiuiú.
- B) Feiura, baiuca, tuiuiú.
- C) Feiura, baiúca, tuiuiu.
- D) Feiúra, baiuca, tuiuiu.
- E) Feiura, baiuca, tuiuiu.

09. Leia a frase abaixo:

“Maria ligou para João para contar sobre a viagem de Ana.”

Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE os elementos da comunicação presentes nesta situação comunicativa.

- A) Ana é a 2ª pessoa; João é a 1ª e Maria é o emissor.
- B) João é o receptor, mas Maria não é o emissor.
- C) Maria e João são emissores e Ana é o receptor.
- D) Não há emissor nesta situação.
- E) Maria é a 1ª pessoa; João é a 2ª e Ana a 3ª.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras são formadas por derivação:

- A) Livraria, felicidade, desleal.
- B) Pedreiro, infeliz, passatempo.
- C) Guarda-chuva, beija-flor, passatempo.
- D) Subsolo, paraquedas, pontapé.
- E) Amorzinho, reescrever, passatempo.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

11. Satuba, basicamente, era formada por algumas casas de taipas, cujos pioneiros foram familiares de:

- A) José de Abreu.
- B) Carlos Guilherme Mota.
- C) Manoel Joaquim de Barros.
- D) Rodrigo Santoro.
- E) Emmanuel Kant.

12. Sobre o município de Satuba, dois sítios e dois engenhos garantiam o desenvolvimento do povoado, um dos quais se localizava no terreno onde funciona, atualmente:

- A) Instituto Federal de Educação Tecnológica de Satuba.
- B) Faculdade de Ciências e Letras de Satuba.
- C) Universidade Federal de Alagoas.
- D) Instituto Médico Legal.
- E) Hospital das Clínicas Municipal.

13. O crescimento populacional de Satuba/AL foi potencializado pela chegada da linha férrea, reforçado também por estradas de rodagem que ligavam a capital ao interior, principalmente, no sentido do Agreste e do Sertão. Este crescimento favoreceu:

- A) a implantação da primeira escola pública do povoado, que até 1950 pertencia a Rio Largo.
- B) a diminuição do fluxo de trabalhadores rurais que se deslocavam para Maceió.
- C) a redução do comércio local, devido à concorrência com outras cidades da região.
- D) a estagnação dos serviços públicos por falta de demanda populacional, deslocando a população para capital.
- E) o isolamento do povoado, dificultando a integração com municípios vizinhos.

14. A comunicação, via Telegram, é protegida por um sistema conhecido pela utilização de:

- A) servidores públicos.
- B) ondas analógicas.
- C) senha numérica.
- D) sistema P2P.
- E) criptografia.

15. A perda de participação da indústria no PIB antes da maturidade econômica é um fenômeno definido pelo termo:

- A) desindustrialização precoce.
- B) reformas liberais.
- C) exportação de commodities.
- D) conurbação.
- E) estatização econômica.

16. O poeta Carlos Drummond de Andrade é reconhecido por:

- A) escrever somente poemas épicos de cunho político.
- B) recusar temas relacionados ao cotidiano.
- C) desenvolver uma poesia intimista, crítica e marcada pelo humor.
- D) produzir exclusivamente literatura infantil.
- E) publicar apenas obras póstumas.

17. Na última década (2010-2020), o Brasil foi responsável por receber o evento internacional descrito na seguinte alternativa:

- A) Copa do mundo.
- B) Assembleia geral da ONU.
- C) Fórum Econômico de Davos.
- D) Convenção de Genebra.
- E) Super Bowl.

18. O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador que mede a qualidade da educação no Brasil. Este indicador combina:

- A) taxa de matrícula anual e taxa de evasão escolar dentro de um recorte temporal.
- B) taxa de alfabetização e letramento especificamente nas disciplinas de português e matemática.
- C) taxa de contratação e abandono de carreira docente, medido por dados do Ministério do Trabalho e da Educação.
- D) taxa de aprovação escolar com o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas.
- E) taxa de conclusão anual nos níveis fundamental e médio, comparados com incorporação ao mercado de trabalho.

19. A Lei Pelé de 1998 foi um importante marco para o esporte brasileiro, pois:

- A) criou o programa de bolsas para profissionais do esporte no Brasil.
- B) criou o programa de atletismo para pessoas com deficiência.
- C) deu início à secretaria nacional do esporte e desenvolvimento.
- D) regulamentou a realização de eventos esportivos de grande porte.
- E) regulamentou o profissionalismo e a atividade desportiva no país.

20. O Banco Central (BC) controla os preços (inflação) por meio da taxa básica de juros (Selic), que é o seu principal instrumento de política monetária. O objetivo deste instrumento é:

- A) garantir que todos os bancos comerciais apresentem lucro fixo anual independente do mercado.

- B) manter a inflação dentro das metas estabelecidas pelo governo, preservando o poder de compra da moeda.
- C) estabelecer o valor mínimo obrigatório para investimentos financeiros feitos pelos cidadãos.
- D) controlar diretamente os preços de produtos no mercado, definindo quanto cada item deve custar.
- E) aumentar automaticamente o crescimento econômico, independentemente das condições fiscais do país.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Considere o trecho a seguir:

Uma mulher brasileira nata, servidora civil da República Federativa do Brasil, dá à luz, em território estrangeiro, durante missão oficial. O pai da criança, estrangeiro, não possui qualquer vínculo funcional com o Brasil. Após o nascimento, os pais retornam ao país de lotação da mãe sem registrar imediatamente o filho em repartição brasileira competente. A criança permanece no exterior até atingir a maioridade e somente após completar 19 anos muda-se para a República Federativa do Brasil, onde formaliza manifestação expressa de vontade perante autoridade competente para obter a nacionalidade brasileira.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA quanto à condição jurídico-constitucional da nacionalidade desse indivíduo.

- A) A criança somente poderá ser considerada brasileira naturalizada, pois o fato de o pai ser estrangeiro impede qualquer forma de aquisição de nacionalidade originária.
- B) A criança será brasileira nata desde o nascimento, independentemente do serviço prestado pela mãe ao Brasil, bastando ser filha de brasileira no exterior, sem qualquer outra exigência constitucional.
- C) A criança não poderá ser brasileira nata, pois a Constituição impede expressamente que filhos de brasileiros nascidos no exterior adquiram nacionalidade originária se não houver registro consular no momento do nascimento.
- D) A condição de brasileiro nato somente poderia ser adquirida se o registro tivesse sido realizado antes da maioridade; como isso não ocorreu, resta exclusivamente a via da naturalização.
- E) A criança poderá ser considerada brasileira nata, pois é filha de mãe brasileira em serviço da República Federativa do Brasil, e ainda que assim não fosse, residindo posteriormente no Brasil, poderá optar pela nacionalidade brasileira após a maioridade, condição igualmente prevista como hipótese de nacionalidade originária.

22. Marina, brasileira nata, de 34 anos, possui domicílio eleitoral regularmente estabelecido no Município X, onde também é filiada a partido político. Pretende disputar o cargo de Prefeita. Antes do pedido de registro de candidatura, seu cônjuge assumiu, como substituto, o cargo de Prefeito do mesmo município por 20 dias, dentro dos seis meses anteriores ao pleito. Além

disso, Marina foi condenada por crime comum, com sentença transitada em julgado, cuja pena se encontra integralmente cumprida. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA sobre a situação de elegibilidade e inelegibilidade de Marina.

- A) Marina é inelegível exclusivamente por ter menos de trinta e cinco anos.
- B) Marina é inelegível porque a condenação criminal transitada em julgado gera perda permanente dos direitos políticos, independentemente de cessados os efeitos da pena.
- C) Marina é inelegível porque os analfabetos são inalistáveis, sendo-lhe vedado o exercício de direitos políticos de qualquer natureza.
- D) Marina poderá candidatar-se normalmente, pois a substituição temporária de seu cônjuge não produz impedimento quando inferior a trinta dias, desde que ocorrida nos seis meses anteriores ao pleito.
- E) Marina é inelegível no território de jurisdição do cônjuge, porque ele substituiu o titular do cargo de Prefeito nos seis meses anteriores ao pleito ainda que ela seja alfabetizada ou analfabeta, haja domicílio eleitoral, tenha filiação partidária, esteja em pleno exercício dos direitos políticos e tenha idade superior à mínima de 21 anos para o cargo.

23. A Câmara Municipal do Município Y inicia o processo de aprovação de uma nova Lei Orgânica Municipal substitutiva. As normas regimentais locais preveem votação única, por maioria absoluta, seguida de promulgação pelo Prefeito. Paralelamente, o Prefeito encaminha ao Tribunal de Contas estadual suas contas anuais, cujo parecer prévio recomenda rejeição por graves irregularidades. Durante esse período, um grupo de contribuintes solicita acesso às contas. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Lei Orgânica pode ser aprovada por maioria absoluta e em votação única, desde que observados os princípios constitucionais gerais aplicáveis aos Municípios.
- B) O parecer prévio do Tribunal de Contas estadual sobre as contas do Prefeito somente poderá ser afastado pela Câmara Municipal mediante voto da maioria absoluta de seus membros.
- C) O Prefeito é competente para promulgar a Lei Orgânica, pois todas as normas municipais, inclusive estruturantes, devem obedecer ao princípio da separação entre elaborar e promulgar.
- D) Os contribuintes somente podem acessar as contas municipais após o julgamento definitivo da Câmara Municipal, uma vez que antes disso os autos estão sob a jurisdição técnica do Tribunal de Contas.
- E) A Lei Orgânica deve ser votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara, que a promulgará; o parecer prévio do Tribunal de Contas só deixa de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara e as contas devem permanecer por sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte para exame.

24. Uma lei estadual recente reorganiza a estrutura do Poder Judiciário local e cria, no âmbito do Estado X, um “Conselho Estadual da Magistratura”, com competência para controlar a atuação administrativa e financeira dos tribunais estaduais, editar atos normativos vinculantes para os magistrados e punir desvios funcionais. A mesma lei altera o processo de ingresso na magistratura estadual, prevendo concurso exclusivamente de provas, sem participação da OAB e sem exigência de atividade jurídica prévia. Prevê ainda que os tribunais estaduais possam ter sede fora da Capital Federal, desde que aprovado pelo respectivo Tribunal de Justiça. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A criação de órgão de controle administrativo e disciplinar da magistratura estadual é compatível com a Constituição, desde que sua atuação não interfira na autonomia do Tribunal de Justiça do Estado.
- B) A Constituição admite que os Tribunais Superiores tenham sede em qualquer unidade federativa, desde que lei estadual o autorize, pois a exigência de sede na Capital Federal não é absoluta.
- C) É constitucional o concurso exclusivamente de provas para ingresso na magistratura, desde que assegurada a alternância entre promoção por merecimento e antiguidade.
- D) A exigência de três anos de atividade jurídica para ingresso na magistratura pode ser afastada por legislação estadual complementar, porque o Estatuto da Magistratura é matéria concorrente entre União e Estados.
- E) A lei estadual é inconstitucional porque somente são órgãos do Poder Judiciário os previstos na Constituição Federal, não podendo o Estado criar órgão disciplinar externo à estrutura constitucional; o STF, CNJ e Tribunais Superiores têm sede obrigatória na Capital Federal, tornando vedada norma estadual em sentido contrário; e o ingresso na magistratura deve atender as exigências da Constituição com a realização de concurso público de provas e títulos, com participação da OAB em todas as fases, exigência de três anos de atividade jurídica e observância da ordem de classificação.

25. Durante a elaboração da proposta orçamentária anual, foi constatado que o Ministério Público do Estado XPTO encaminhou sua proposta dentro do prazo, porém com valores superiores aos limites previstos na lei de diretrizes orçamentárias. Diante dessa situação, considerando o regime constitucional aplicável ao Ministério Público, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Poder Executivo é obrigado a acatar integralmente os valores enviados, ainda que extrapolem os limites estabelecidos, por se tratar de órgão dotado de autonomia plena.
- B) O Poder Executivo deve devolver a proposta ao Ministério Público para nova elaboração, ficando impedido de realizar qualquer ajuste por conta própria.
- C) O Ministério Público poderá executar normalmente as despesas previstas na proposta enviada, ainda que

superiores aos limites, desde que autorizadas pelo seu Procurador-Geral.

- D) O Poder Executivo deverá ajustar os valores da proposta do Ministério Público aos limites fixados, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- E) A proposta enviada pelo Ministério Público prevalecerá automaticamente, pois sua autonomia administrativa impede interferência do Poder Executivo no processo de consolidação orçamentária.

26. No processo de elaboração das políticas públicas estaduais, verificou-se que determinado programa de assistência social pretendia ampliar benefícios sem previsão de fonte de custeio. Paralelamente, constatou-se que uma entidade beneficente buscava isenção de contribuições sociais, embora não comprovasse atendimento às exigências legais. Diante desse cenário, e considerando o regime constitucional da seguridade social, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A ampliação de benefícios de assistência social pode ocorrer independentemente de fonte de custeio, desde que aprovada pela lei orçamentária anual.
- B) A entidade beneficente tem isenção automática das contribuições sociais, bastando sua classificação formal como organização sem fins lucrativos.
- C) A criação ou expansão de qualquer benefício da seguridade social exige correspondente fonte de custeio total, e a isenção de contribuições às entidades beneficentes depende do cumprimento das exigências legais.
- D) Benefícios da seguridade social podem ser ampliados sem fonte de custeio desde que destinados exclusivamente a populações de baixa renda.
- E) As entidades beneficentes somente podem ser isentas de contribuições sociais se houver autorização específica em lei complementar estadual.

27. Um empreendimento privado solicitou autorização para instalar grande complexo industrial considerado potencialmente causador de significativa degradação ambiental. No processo administrativo, o proponente sustentou que o estudo prévio de impacto ambiental não seria necessário, pois a atividade ainda não havia sido iniciada. Paralelamente, verificou-se que a empresa responsável pela extração de minérios na mesma região não adotava medidas de recuperação da área já degradada. Considerando as regras constitucionais de proteção ambiental, identifique a alternativa CORRETA.

- A) O estudo prévio de impacto ambiental somente é exigido após iniciada a atividade degradadora, não havendo necessidade de publicidade.
- B) A obrigação de recuperar o meio ambiente degradado somente incide após condenação judicial transitada em julgado.
- C) A exigência de estudo prévio de impacto ambiental depende de regulamentação estadual específica, inexistindo previsão constitucional.

- D) A empresa exploradora de recursos minerais não é obrigada a recuperar o meio ambiente degradado, desde que possua licença ambiental válida.
- E) A instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental exige estudo prévio de impacto ambiental, com publicidade, e o explorador de recursos minerais é obrigado a recuperar o meio ambiente degradado.

28. Em relação aos atos administrativos e sua classificação quanto ao conteúdo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade é denominado como Autorização.
- B) O ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público é denominado como Licença.
- C) O ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato jurídico é denominado como Parecer.
- D) O ato administrativo unilateral pelo qual a autoridade competente atesta a legitimidade formal de outro ato jurídico é denominado como Visto.
- E) Os atos individuais ou gerais emanados pelo chefe do Poder Executivo são denominados como Homologação.

29. Durante a condução de processo licitatório para contratação de serviços especializados, uma autarquia federal decidiu adotar critérios subjetivos baseados em “impressões da comissão avaliadora” para selecionar a proposta mais vantajosa, sem apresentar motivação técnica ou parâmetros objetivos. Além disso, o edital previa possibilidade de dispensar a publicidade de atos intermediários “em razão da agilidade necessária”. Considerando os princípios aplicáveis às licitações e contratos, identifique a alternativa CORRETA.

- A) A avaliação subjetiva é permitida quando o objeto exige apreciação qualitativa, dispensando-se o julgamento objetivo e a motivação.
- B) A ausência de publicidade dos atos intermediários é válida, pois o princípio da celeridade se sobrepõe aos demais.
- C) A adoção de critérios subjetivos é compatível com os princípios da eficiência e da economicidade, desde que aprovada pela autoridade superior.
- D) A condução do certame deve observar julgamento objetivo, motivação e publicidade, sendo vedada a utilização de critérios subjetivos e restrição imotivada à transparência.
- E) A comissão avaliadora pode substituir o princípio da igualdade pelo critério de conveniência administrativa, desde que isso acelere o processo.

30. Uma autarquia federal pretende contratar a construção de um complexo operacional que exige elaboração de projetos básico e executivo, execução de obras, fornecimento de equipamentos, montagem, testes e pré-operação até a entrega final, pronta para funcionamento. Durante a fase interna, servidores sugeriram adotar empreitada por preço unitário, sob o argumento de que facilitaria o controle dos quantitativos. Outro grupo propôs contratação semi-integrada, afirmando que seria suficiente exigir apenas o projeto executivo, ficando a Administração responsável pelo projeto básico. Considerando os regimes de execução previstos na legislação, identifique a alternativa CORRETA.

- A) A empreitada por preço unitário é o regime adequado, pois permite mensurar por unidades todas as etapas complexas do empreendimento, inclusive projetos, testes e pré-operação.
- B) A contratação semi-integrada é obrigatória sempre que houver necessidade de fornecimento de bens e serviços especiais pelo contratado.
- C) A empreitada integral é o regime adequado, pois envolve a entrega do empreendimento em sua integralidade, incluindo todas as etapas necessárias até a entrada em operação.
- D) A Administração deve necessariamente elaborar todos os projetos, inclusive o executivo, para utilizar a contratação semi-integrada.
- E) A contratação integrada é idêntica à empreitada por preço global, diferenciando-se apenas pelo método de pagamento.

31. Em contrato que tinha por objeto a entrega de coisa certa, o devedor manteve o bem em sua posse até o momento da tradição. Antes da entrega, o bem sofreu deterioração parcial decorrente de caso fortuito, não havendo culpa do devedor. Ao tomar ciência da deterioração, o credor manifestou discordância quanto ao abatimento proporcional do valor, exigindo a substituição do bem por outro equivalente. Considerando o regime jurídico das obrigações de dar coisa certa, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A deterioração parcial sem culpa do devedor obriga-o a entregar bem equivalente ou a pagar indenização ao credor.
- B) O credor é obrigado a receber o bem no estado em que se encontra, sem possibilidade de resolver a obrigação.
- C) A deterioração sem culpa transfere automaticamente ao credor a obrigação de indenizar o devedor pelos prejuízos decorrentes.
- D) O devedor pode impor a aceitação do bem deteriorado, sem abatimento, caso não tenha agido com culpa.
- E) O credor pode resolver a obrigação ou aceitar o bem deteriorado com abatimento proporcional, não podendo exigir equivalente.

32. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA em relação às provas.

- A) As partes têm o direito de empregar os meios legais expressamente previstos no Código de Processo Civil, sendo vedada a utilização de meios moralmente legítimos não especificados.
- B) O ônus da prova incumbe ao autor apenas quanto aos fatos notórios, cabendo ao réu demonstrar todos os demais fatos constitutivos, impeditivos ou modificativos alegados.
- C) Não dependem de prova os fatos afirmados por uma parte e impugnados pela parte contrária, salvo quando o juiz determinar a comprovação, ainda que se trate de presunção legal.
- D) Não dependem de prova os fatos notórios; afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; admitidos no processo como incontroversos; e em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- E) As partes somente poderão empregar meios de prova previstos em lei, sendo vedada a utilização de prova emprestada, ainda que observado o contraditório.

33. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA sobre condutas atentatórias à dignidade da justiça na execução.

- A) Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: frauda a execução; se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; dificulta ou embaraça a realização da penhora; resiste injustificadamente às ordens judiciais; intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.
- B) Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta do executado que, intimado, apresenta voluntariamente todos os bens penhoráveis e coopera integralmente com o juízo, dispensando-se qualquer penalidade.
- C) Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta do executado que deixa de cumprir o acordo homologado, ainda que demonstre impossibilidade financeira superveniente e justificável.
- D) Considera-se atentatória à dignidade da justiça exclusivamente a resistência física do executado às ordens judiciais, não se aplicando sanções a condutas omissivas.
- E) Considera-se atentatória à dignidade da justiça qualquer conduta do executado que não resulte em pagamento imediato, ainda que esteja prevista em lei a possibilidade de parcelamento ou substituição da penhora.

34. De acordo com o procedimento da ação monitória no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título

executivo, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro; a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

- B) A ação monitória somente pode ser proposta quando fundada em prova escrita dotada de força executiva, sendo vedada a citação por meios eletrônicos e proibida sua utilização contra a Fazenda Pública.
- C) Sendo evidente o direito do autor, o juiz determinará a prévia penhora de bens do réu antes de expedir mandado de pagamento ou entrega de coisa, devendo o réu apresentar embargos no prazo de 30 dias.
- D) Na ação monitória, o juiz apenas poderá admitir prova escrita original, vedada a utilização de prova oral documentada e proibido o uso de peças provenientes de outro processo.
- E) Sendo evidente o direito do autor, o juiz fixará prazo de 5 dias para cumprimento do mandado, sendo devidos honorários de 20%, constituindo-se automaticamente o título executivo mesmo que o réu apresente embargos.

35. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA em relação à suspensão e à interrupção do contrato do trabalho.

- A) O afastamento do empregado por serviço militar ou encargo público constitui motivo automático para rescisão do contrato de trabalho, sendo facultado ao empregador readmiti-lo mediante novo acordo.
- B) O empregado afastado por serviço militar somente mantém direito ao retorno ao cargo se apresentar laudo médico comprovando aptidão física, independentemente de comunicação ao empregador.
- C) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
- D) Durante o afastamento para serviço militar, a empresa poderá reduzir a remuneração do empregado proporcionalmente ao período de ausência, desde que notifique o trabalhador previamente.
- E) O retorno do empregado após o serviço militar dependerá de autorização expressa do Ministério do Trabalho, independentemente de comunicação ao empregador.

36. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é CORRETO afirmar que o prazo para interposição de agravo de petição das decisões do Juiz ou Presidente nas execuções é de:

- A) 05 (cinco) dias.
- B) 07 (sete) dias.
- C) 15 (quinze) dias.
- D) 08 (oito) dias.
- E) 30 (trinta) dias.

37. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa que contém literalmente o dispositivo CORRETO.

- A) Peculato é a conduta do funcionário público que recebe vantagem indevida para retardar ato funcional, em razão do cargo, ainda que não tenha a posse do bem, aplicando-se pena de detenção de três meses a um ano.
- B) Peculato é a conduta do funcionário público que extravia documento oficial, inutiliza livro ou dá às verbas públicas aplicação diversa da prevista em lei, sempre com pena mínima de três anos.
- C) Peculato é a apropriação, pelo funcionário público, de bem imóvel pertencente à Administração, ou o desvio de bem de propriedade particular, ainda que não relacionado ao exercício do cargo.
- D) Considera-se peculato a exigência de tributo que o funcionário deveria saber indevido, praticada com emprego de meio vexatório, aplicando-se pena de reclusão de dois a quatro anos.
- E) Peculato é a conduta praticada por funcionário público, ao se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

38. Que pratica a conduta típica de “dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente” incorre no crime de:

- A) comunicação falsa de crime.
- B) injúria.
- C) calúnia.
- D) denúncia caluniosa.
- E) auto-acusação falsa.

39. Assinale a alternativa CORRETA sobre a competência no processo penal.

- A) A competência territorial, nos casos de crime consumado, será sempre definida pelo local do domicílio do autor da infração, salvo se houver pluralidade de vítimas.
- B) Nos crimes tentados, a competência fixa-se pelo local em que o agente inicialmente idealizou a execução, ainda que nenhum ato executório tenha sido praticado.
- C) Em crimes praticados mediante depósitos, transferências eletrônicas ou cheques sem provisão de fundos, a competência será determinada pelo local onde o agente realizou a operação financeira.
- D) Em infrações permanentes ou continuadas ocorridas em mais de uma jurisdição, a competência será firmada pelo juízo que primeiro praticar ato processual válido.
- E) Quando o último ato de execução ocorrer no exterior, a competência será sempre definida pelo local de residência da vítima, independentemente do tipo penal.

40. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A autoridade policial somente poderá instaurar inquérito policial nos crimes de ação pública quando houver prévia requisição judicial ou do Ministério Público, sendo vedada a instauração de ofício.
- B) Nos crimes de ação pública condicionada à representação, o inquérito poderá ser iniciado de ofício se as circunstâncias do fato indicarem materialidade e autoria evidentes.
- C) Em crimes de ação privada, qualquer pessoa do povo pode requerer a instauração de inquérito policial, desde que apresente o relato do fato e indique testemunhas.
- D) A competência da polícia judiciária para apurar infrações penais pode coexistir com a de autoridades administrativas quando a lei lhes atribuir função investigatória.
- E) O requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial não precisa conter elementos mínimos sobre o fato ou indicação de testemunhas, pois tais dados serão colhidos apenas na fase inquisitorial.